

Nota curricular

Miguel Ângelo Gomes Eugénio Carmo, nascido em 07 de junho de 1972.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Frequência de Pós Graduação no Curso de Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras, ministrado no Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

É magistrado do Ministério Público desde 1998. O seu percurso profissional enquanto Procurador Adjunto realizou-se nos Tribunais de Alcácer do Sal, Sesimbra e Santiago do Cacém, em todos com competências genéricas.

De 2009 a 2012 (tempo inteiro) e de 2014 a 2017 (tempo parcial) foi docente do CEJ na jurisdição civil, comercial e processual civil. Tem sido membro dos júris das provas escritas e orais de ingresso ao CEJ desde 2009 até à presente data.

Promovido à categoria de Procurador da República em 2013, encontra-se colocado, como efetivo, no Tribunal de Família e Menores de Santiago do Cacém.

Foi assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República no período compreendido entre outubro de 2012 e outubro de 2018.

Nomeado Coordenador do Grupo de Trabalho para a definição de uma estratégia do Ministério Público contra a Violência Doméstica.

Tem participado como orador em várias conferências realizadas em Portugal e no estrangeiro, em diversas temáticas, como sejam, as mais recentes, o tratamento jurídico da vítima enquanto sujeito processual no processo penal, o combate à violência doméstica, a intervenção do Ministério Público na jurisdição civil e processual civil e a na tutela dos interesses difusos e dos incapazes.

Foi formador dos cursos especiais para magistrados do Ministério Público de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde.

É formador certificado pela APAV na temática dos crimes de ódio.

Tem artigos publicados na revista do CEJ (“crimes laborais” e sobre “as custas no processo especial de autorização para a prática de atos no âmbito do DL 272/2001”). Foi coautor da obra “Comentários às Leis Penais Extravagantes”, Volumes I e II, da Editora Universidade Católica.

311790209

Despacho n.º 10692/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo a Procuradora da República, Lic. Rosa Maria Alves Martinho Rocha, como assessora do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

A senhora assessora exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A síntese curricular da nomeada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota Curricular

Rosa Maria Alves Martinho Rocha, nascida a 08 de janeiro de 1955. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1988.

Ingresso no IX Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1990.

Nomeada magistrada do Ministério Público em 1993, tendo desempenhado funções como delegada do procurador da República e procuradora-adjunta nas Comarcas de Monchique, Cuba, Oeiras, no Tribunal de Trabalho de Lisboa e no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa.

Promovida à categoria de Procurador da República em 2009.

Coordenadora para a área penal no Gabinete de Relações Internacionais e de Cooperação (GRIEC), no período de 2004 a 2006, e coordenadora das atividades internas da Rede Judiciária Europeia (RJE), da qual foi Ponto de Contacto, no mesmo período.

Assessora no Gabinete do Procurador-Geral da República no período compreendido entre janeiro de 2007 e 12 de outubro de 2018.

Representa a Procuradoria-Geral da República na Comissão Técnica de Acompanhamento, instituído no âmbito dos Planos Nacionais para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos.

Ponto de contacto da Rede Iberoamericana de procuradores especializados contra o tráfico de seres humanos, da Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (AIAMP).

Oradora em conferências e em ações de formação relativas a temáticas de cooperação judiciária internacional e de tráfico de seres humanos.

Integra o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça para implementação da Procuradoria Europeia.

311790177

Despacho n.º 10693/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo a Procuradora da República, Lic. Maria de Lurdes Parada Gonçalves Lopes, como assessora do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

A senhora assessora exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular da nomeada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota curricular

Maria de Lurdes Parada Gonçalves Lopes, nascida em 10 de outubro de 1962.

É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

É magistrada do Ministério Público desde 1-10-1987 — VI Curso Normal.

O seu percurso profissional enquanto Delegada do Procurador da República e Procuradora-Adjunta realizou-se nos Tribunais de Nisa, Ferreira do Alentejo, Varas Criminais de Lisboa, Seixal e Almada.

Colaboração com o Centro de Estudos Judiciários na formação de Magistrados desde setembro de 1997 até 2005.

Promovida à categoria de Procuradora da República em 2006, encontra-se colocada, como efetiva, no Tribunal de Família e Menores de Almada.

Foi Assessora do Gabinete do Procurador-Geral da República entre 18-4-2006 e 12-10-2018.

Integrou diversos Grupos de Trabalho e equipas da Procuradoria-Geral da República.

Integrou a Unidade de Missão da Procuradoria Geral da República para a Informatização. Integra o Grupo de Trabalho do Ministério da Justiça para implementação da Procuradoria-Europeia.

Delegada Web e ponto de contacto da Associação Iberoamericana de Ministérios Públicos (AIAMP).

Ponto de Contacto da IberRed (Rede Ibero-Americana de Cooperação Jurídica), no âmbito da qual participou em diversas reuniões de trabalho e projetos.

Participou como oradora em ações de formação relativas à Direção e Gestão do Inquérito com o tema Articulação entre o Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal, à Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, e em Colóquio sobre Informação e Liberdade de Expressão na Internet e a Violação de Direitos Fundamentais, com o tema Valoração Jurídico-Criminal de Cometários violadores do Direito à Imagem e ao Nome e Apologéticos de Violência, Discriminação ou Intolerância Étnica, Racial e de Género.

311790136

Despacho (extrato) n.º 10694/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo o Procurador-Adjunto, Lic. Hélio Tiago Rigor Rodrigues, como assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

O senhor assessor exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular do nomeado é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota Curricular

Hélio Tiago Rigor Rodrigues, nascido em 7 de julho de 1982.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Frequentou o curso de doutoramento subordinado ao tema Mercado e Direito, da Universidade de Vigo, tendo obtido o Diploma de Estudos Avançados (DEA) com a tese subordinada ao tema “Princípio da Precaução e indemnização punitiva — a reparação do dano ecológico.”

É magistrado do Ministério Público desde 2012. O seu percurso profissional enquanto Procurador Adjunto realizou-se nas extintas comarcas de Miranda do Douro e Vimioso, Ponte da Barca, Macedo de Cavaleiros e Monção, e nos DIAP de Bragança, Viana do Castelo, Braga e Porto.

Nomeado para integrar grupo de trabalho com vista à criação e implementação de uma aplicação informática destinada a obter dados de natureza estatística e qualitativa em matéria de recuperação de ativos.

Nomeado para integrar grupos de trabalho de Magistrados especializados para intervir em inquéritos de especial complexidade.

Tem participado como orador em várias conferências, subordinadas a temas de Direito Penal e Processual Penal.

Integra o Conselho de Redação da Revista do Ministério Público.

Tem artigos publicados na Revista do Ministério Público, na Revista do CEJ, na Revista Portuguesa do Direito do Consumo na Revista Julgar e em diversas plataformas jurídicas. Foi autor da obra “Recuperação de Activos na Criminalidade Económico Financeira”, edições SMMP. Foi coautor na obra coletiva “O Novo Regime de Recuperação de Ativos à luz da diretiva 2014/42/UE e da lei que a transpôs”, organizado pela PGD Porto, edições INCM.

311790258

Despacho n.º 10695/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo o Procurador da República, Lic. Jorge Manuel Alves de Oliveira, como assessor do Gabinete da Procuradora-Geral da República, com efeitos a partir de 17 de outubro de 2018.

O senhor assessor exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular do nomeado é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

15 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota curricular

Jorge Manuel Alves de Oliveira, nascido em 27 de dezembro de 1973.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É magistrado do Ministério Público desde 2001. O seu percurso profissional enquanto Procurador-adjunto realizou-se nos Tribunais de Anadia, Mira, Vagos, Oliveira do Bairro, em competência genérica, e em Santa Maria da Feira, primeiramente no Juízo Local Criminal, seguidamente na área dos inquéritos e por último na área cível, da família e das crianças e do comércio.

Exerceu funções enquanto membro do C.S.M.P. desde setembro de 2012 a março de 2014 a tempo parcial, e daí até março de 2017 em regime

integral. Nesta qualidade, foi designado para representar o C.S.M.P. no Conselho da Europa, aquando da avaliação do GRECO a Portugal, junto do Centro de Estudos Judiciários, para definição dos conteúdos e operacionalização dos procedimentos relativos ao plano anual de formação contínua, bem como ao curso de coordenadores de comarca, nas visitas periodicamente realizadas às comarcas, acompanhando a Conselheira Procuradora-Geral da República, junto do I.G.F.E.J., relativamente ao Portal dos Tribunais, e junto do Ministério da Justiça, relativamente às alterações à Lei e ao Regulamento à Lei de Organização do Sistema Judiciário.

Integrou grupos de trabalhos relativos à preparação e realização dos movimentos anuais de magistrados, de revisão do Regulamento das Inspeções do Ministério Público, bem como da migração da página do C.S.M.P. para o Portal do Ministério Público.

Foi assessor do C.S.M.P. desde março até agosto de 2017.

Promovido à categoria de Procurador da República em 2017, encontra-se colocado, como auxiliar, no Juízo Central Cível do Funchal.

Foi membro dos júris das provas escritas de ingresso ao CEJ em 2017.

311790233

Despacho n.º 10696/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º do Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 60/98, de 27 de agosto) e no n.º 2 do artigo 1.º e artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, designo a Procuradora-Adjunta, Lic. Inês Maria Pinheiro Robalo, como assessora do Gabinete da Procuradora-Geral da República.

A senhora assessora exerce a opção pela remuneração do cargo e categoria de origem.

A nota curricular da nomeada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

29 de outubro de 2018. — A Procuradora-Geral da República, *Lucília Gago*.

Nota curricular

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa — Escola de Lisboa, com tese intitulada Verdade e Liberdade: a atipicidade da prova em processo penal.

Ingresso no CEJ em janeiro de 2013.

Procuradora-Adjunta na 1.ª Secção do DIAP da Figueira da Foz, Comarca de Coimbra, Instância Local de Reguengos de Monsaraz (sete meses em cumulação de funções com a Instância Local de Redondo e, após, com distribuição de inquéritos da Instância Local de Vila Viçosa) e no Juízo de Competência Genérica de Santiago do Cacém.

Várias publicações entre 2011 e 2015.

Membro do Grupo de Trabalho de Direito Civil do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público desde abril de 2015.

Oradora na Ação de Formação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) sobre “Ética e Deontologia”, 27 de novembro de 2015.

311790274



PARTE E

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 816/2018

Por despacho de 12 de julho de 2018 do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Licenciado Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza, na categoria de assistente convidado, em

regime de tempo parcial a 32,5 %, para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 31 de agosto de 2018 a 30 de agosto de 2019, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

31 de outubro de 2018. — O Administrador, *António Cabecinha*.

311787148